



## **O QUANTO VALE A DOR? A LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL NOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL NO MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS<sup>1</sup>**

**Amanda Fernandes<sup>2</sup>, Brenda do Carmo Almeida de Freitas<sup>3</sup>, Eduarda Rodrigues<sup>4</sup>, Eduardo Augusto Pinto da Silva<sup>5</sup>.**

**Introdução/Objetivos:** O estudo em questão aborda de forma abrangente a complexidade e a importância da saúde mental, indo além da concepção restrita de ausência de doenças para reconhecê-la como um equilíbrio multifacetado, que abrange aspectos emocionais, psicológicos e sociais fundamentais para o bem-estar e a contribuição para a sociedade. Esse equilíbrio se torna ainda mais crucial em contextos de municípios pequenos, como Ijuí, onde a vulnerabilidade psicológica é acentuada pela escassez de infraestrutura e recursos específicos para a saúde mental. No lugar de uma rede abrangente de serviços, muitas vezes há apenas alguns pontos de atenção disponíveis, frequentemente não integrados de forma eficaz, o que acarreta desafios significativos na implementação de políticas e práticas adequadas para atender às necessidades da população local. Diante desse cenário, a pesquisa propõe medidas legislativas específicas para fortalecer a saúde mental nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Ijuí. Essas medidas incluem ações destinadas à prevenção, ao acesso ao tratamento, ao combate ao estigma e à qualificação profissional dos profissionais que atuam nesses centros. Os objetivos específicos do estudo envolvem a identificação de lacunas na legislação municipal, a análise de experiências internacionais bem-sucedidas e a formulação de propostas de legislação adaptadas às necessidades da população local. A fundamentação dessas medidas está embasada na importância social e jurídica da saúde mental, que vai além do aspecto individual, influenciando diretamente na saúde e produtividade da sociedade como um todo. Além de assegurar o acesso a serviços especializados, as ações propostas buscam reduzir o estigma em torno dos transtornos mentais na sociedade, promovendo uma vida mais saudável e inclusiva para os cidadãos ijuienses. **Metodologia:** No que tange à metodologia, a pesquisa adota uma abordagem hipotético-dedutiva, complementada por métodos de procedimento quantitativo e pesquisa de campo. Esta última, realizada nos Centros de Atenção Psicossocial, visa compreender melhor o funcionamento desses centros e identificar áreas específicas que demandam melhorias. Os procedimentos adotados incluem a seleção de bibliografia e documentos relevantes, leitura crítica do material selecionado e exposição dos resultados obtidos por meio de um texto escrito. **Resultados e Discussão:** Ao discutir os resultados e as implicações encontradas, o estudo remete à história e à evolução das práticas de saúde mental, destacando as práticas discriminatórias e excludentes enfrentadas por pessoas com transtornos mentais ao longo do tempo. Desde sociedades antigas até os avanços e desafios contemporâneos, há um padrão de exclusão e marginalização que a psiquiatria moderna busca combater, ainda que persistam resquícios desses padrões em práticas e estruturas atuais. A pesquisa de campo realizada no Centro de Atenção Psicossocial II de Ijuí revela desafios específicos enfrentados pela equipe, como a vulnerabilidade sócio familiar dos pacientes, a insuficiência de recursos financeiros e a necessidade de melhorias na infraestrutura. Essas questões reforçam a importância das medidas propostas no estudo para fortalecer os serviços de saúde mental na região. **Conclusão:** por fim, a conclusão aponta para a necessidade premente de políticas públicas mais robustas e comprometidas com a saúde mental, garantindo recursos financeiros adequados e políticas integradas que abordem as complexidades dos cuidados em saúde mental. Essas políticas devem visar não apenas a oferta de tratamento, mas também a promoção de um ambiente social mais inclusivo e solidário, onde a saúde mental seja tratada com a mesma importância e prioridade que a saúde física.

**Palavras-chave:** CAPS. Saúde mental. Reforma psiquiátrica. Desinstitucionalização.

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida no Curso de Direito da Unijui, disciplina de Projeto Integrador, ministrada pelo professor Marcelo Loeblein dos Santos, sob a mentoria de Nicoli Francieli Gross

<sup>2</sup> Aluna do Primeiro Módulo do Curso de Direito da UNIJUI, e-mail: [amanda.f@sou.unijui.edu.br](mailto:amanda.f@sou.unijui.edu.br)

<sup>3</sup> Aluna do Primeiro Módulo do Curso de Direito da UNIJUI, e-mail: [brenda.freitas@sou.unijui.edu.br](mailto:brenda.freitas@sou.unijui.edu.br)

<sup>4</sup> Aluna do Primeiro Módulo do Curso de Direito da UNIJUI, e-mail: [eduarda.r1@sou.unijui.edu.br](mailto:eduarda.r1@sou.unijui.edu.br)

<sup>5</sup> Aluno do Primeiro Módulo do Curso de Direito da UNIJUI, e-mail: [eduardo.pinto@sou.unijui.edu.br](mailto:eduardo.pinto@sou.unijui.edu.br)